



UEPB
Universidade
Estadual da Paraíba

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB

CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC

LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

CAMPUS I – CAMPINA GRANDE

TRAJETÓRIAS, ESPAÇO E O FAZER: AS EXPERIÊNCIAS DO EDUCADOR NO
ENSINO DE HISTÓRIA

SANDRA NEY DANTAS DE MACEDO

DEZEMBRO DE 2017

TRAJETÓRIAS, ESPAÇO E O FAZER: AS EXPERIÊNCIAS DO EDUCADOR NO
ENSINO DE HISTÓRIA

Relatório apresentado como trabalho de conclusão do Curso de História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

Professor Orientador:

Prof. Me. Luiz Carlos dos Santos

Período: agosto e setembro de 2017.

DEZEMBRO DE 2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M141t Macedo, Sandra Ney Dantas de.
Trajetórias, espaço e o fazer [manuscrito] : as experiências do educador no ensino de história / Sandra Ney Dantas de Macedo. - 2017.
24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Luiz Carlos dos Santos, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Formação de professores. 2. Prática pedagógica. 3. Currículo escolar. 4. Sistema educacional.

21. ed. CDD 371.12

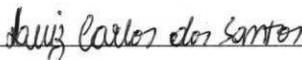
TRAJETÓRIAS, ESPAÇO E O FAZER: AS EXPERIÊNCIAS DO EDUCADOR NO
ENSINO DE HISTÓRIA

SANDRA NEY DANTAS DE MACEDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de licenciatura em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento às exigências para obtenção do
grau de Licenciada em História.

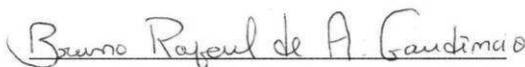
Aprovada em: 18/12/2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Luiz Carlos dos Santos (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Jordan Queiroz Gomes

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Ao meu pai, Seu Batú (In memorian),
motivo maior de minha
inspiração em busca
das teias da História.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Seu Batú (in memorian), um autodidata amante da História e por seu ter sido a minha inspiração a perseguir os caminhos da deusa Clio;

A minha mãe, Dona Nicinha, fiel protetora e guia espiritual nos dias de desespero;

Aos meus filhos, Brodsky, Caio Marcos e Micaella pela paciência a mim dispensada e por todas as vezes que me levaram a seguir em frente. Amo-os incondicionalmente.

A minha querida neta, Anna Júlia e sua mãe Ivana, também uma filha.

Ao meu companheiro Pedro, pelas noites insones.

Ao restante de minha família, minha irmã Vitória Bráulia, de quem sou fã incontestemente pela bravura; Derly e George, irmãos queridos e todos os meus treze sobrinhos e sobrinhas, cunhado e cunhadas;

Enfim, quero agradecer humildemente a UEPB por todas as oportunidades que me deram.

Muito obrigado!

Ao Prof. Me. Luiz Carlos dos Santos pela paciência, pelas orientações e pela disponibilidade em tão curto tempo. Muito obrigado!

A Deus e a vida que segue pelas teias da História...

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um relato da minha experiência em sala de aula. A atividade faz parte da disciplina Estágio Supervisionado III bem como o trabalho de conclusão de curso com vistas a obtenção do título de Licenciatura Plena em História. A primeira parte deste relatório discute a relação professor, método, no decorrer do processo de ensino aprendizagem, nos vários tempos históricos, do ponto de vista teórico metodológico e de uma maneira que a abordagem para a prática desse ensino seja satisfatória, tanto para o professor quanto para o estudante no que diz respeito à interação dos saberes. Na segunda parte, faço uma discussão sobre a escola na qual atuo como professora identificando o seu espaço físico, os recursos tecnológicos presentes na mesma, as questões de ordem pedagógica, o perfil dos estudantes e o entorno sócio econômico da comunidade na qual ela está inserida. Por último, discorro sobre a minha prática, bem como de minha experiência em sala de aula, como professora de História na Escola Estadual Felipe Tiago Gomes, porém, observando o recorte temporal dos meses de agosto e setembro, da turma do 2º ano, turno noturno para refletir sobre a realidade do nosso sistema educacional, os limites e desafios e, também sobre os objetivos a que se propõe a disciplina de História no currículo escolar.

Palavras-chave: Sistema Educacional; Fazer; História; Currículo; Prática.

ABSTRACT

The aim of this paper is to report my own experience in class. This activity is part of the demands of the course Estágio Supervisionado III, as well as a requisite to the completion of a full degree in History. The first part of this report discusses the relationship between teacher and approaches throughout the process of learning and teaching, during several historical epochs, from a methodological point of view aiming to an approach which the practical aspect of teaching can be satisfactory to both teacher and student, with regards to the interaction of knowledge. In the second part, I discuss my role as a teacher in the school that I teach, trying to identify the physical space, its technological resources, pedagogical issues, the student's profiles and finally the social-economic aspects in the environment where the students live. For last, I focus in the approach that I use to teach, my teaching experiences as a history teacher in the elementary school Escola Estadual Feliupe Tiago Gomes, observing the temporal division during August and September, in the class of the second year, night shift, to reflect about the reality in our educational system, the boundaries and challenges, as well the objectives of the course History in the curriculum.

Key-words: Educational System; Do; Curriculum; Practical activity

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. Primeira parte: Trajetórias da História brasileira.....	9
3. Segunda parte: Caracterização da Instituição de Ensino	17
4. Terceira parte: O fazer/ensinar História	20
5. Considerações finais	22
6. Referências bibliográficas	

Introdução

Fazer história não é uma tarefa fácil. Componente curricular carregado de muitos estereótipos ao longo de sua trajetória, algumas vezes considerada a ciência dos mortos, outras como uma disciplina chata, sem objetivo; outra ainda como decoreba, de pura memorização, ciência da cronologia das datas, dos fatos, dos “homens ilustres” e tantas outras nomenclaturas que detratam o ensino de História em sua essência e, em consequência, os professores, e as práticas do fazer/ensinar História na escola.

Por perceber o caráter negativamente posto sobre a História é que tento desmistificar esse fato através deste texto, e no tocante a minha prática, analisando, num primeiro momento, a trajetória do ensino de história em nosso sistema educacional, desde a educação eclesial dos jesuítas, passando pela sua integração ao currículo escolar, no século XIX, e a função de construir a nação e a nacionalidade brasileira, até chegar às novas perspectivas, metodologias e abordagens da contemporaneidade.

Em seguida, faço uma discussão sobre a escola na qual atuo como professora identificando o seu espaço físico, os recursos tecnológicos presentes na mesma, as questões de ordem pedagógica, o perfil dos estudantes e o entorno sócio econômico da comunidade na qual ela está inserida, além de situá-la como unidade de ensino da rede estadual da Paraíba e, portanto, sujeita as diretrizes operacionais elaboradas pela Secretaria de Estado da Educação.

Por fim, discorro sobre minha prática, bem como de minha experiência em sala de aula, como professora de História, na escola Estadual Felipe Tiago Gomes, porém, observando o recorte temporal dos meses de agosto e setembro da turma do 2º ano, turno noturno, para refletir sobre a realidade do nosso sistema educacional, os limites e desafios, e também sobre os objetivos a que se propõe a disciplina no currículo escolar.

2-Trajetórias do fazer História

Desde a integração da História ao currículo escolar que os desafios a cerca dessa disciplina sempre foram rodeados de muitos questionamentos: como escolher uma das várias correntes historiográficas que nortearam e norteia o ensino de história? Pode-se separar a teoria da prática, ou ambas estão interligadas? A finalidade para qual serve a disciplina? Como utilizar os recursos pedagógicos em sala de aula, que metodologia utilizar, como fazer ou ensinar história tornando-a um componente curricular atrativo e motivador para a prática cidadã? Qual o papel do professor nesse processo? Como equilibrar a história como disciplina importante num universo onde a hierarquização das disciplinas ocorre no espaço escolar? Enfim, os questionamentos são um tanto quanto inumeráveis, porém, na maioria das vezes surgem e colocam à prova o ofício de professor e de historiador.

Para responder algumas das questões acima levantadas precisamos, antes de tudo, analisar o trajeto da disciplina no nosso sistema educacional, que é marcado tanto pela historiografia e suas mudanças, como pelas características sociais, políticas e ideológicas de cada época. Assim, a história enquanto disciplina segue o sistema vigente em cada tempo histórico, sejam eles sob os auspícios da democracia ou do autoritarismo, do conservadorismo ou das práticas progressistas.

Na verdade, são as relações de poder tecidas no interior da sociedade e de suas instituições que, através dos poderes constituídos e essa mesma sociedade, costumam pactos parcialmente aceitos por ambas as partes - isso acontece devido à heterogeneidade da sociedade e as lutas políticas que são travadas em seu seio - e fabricam (ou até importam) modelos sistematizados de educação. Por isso, as diversas faces do fazer e do ensino de história e as mais variadas finalidades a que ela se prestou, desde o nascimento do Estado brasileiro até hoje. Ora servindo a democracia, ora servindo ao autoritarismo a trajetória da narrativa histórica tem se dado por uma série de equívocos (PINSKY, p. 11, 2014). E assim tem sido a disciplina que segue os humores políticos ideológicos de seu tempo, e de acordo com os interesses dos atores políticos instalados nas cúpulas do poder, quer seja de forma legítima, pelo processo democrático ou pela imposição, através de golpes.

Durante o período colonial a educação praticamente não se desenvolveu enquanto sistema público e universal. A cargo da Igreja, principalmente da Companhia de Jesus, ordem religiosa que se instalou na Terra Brasilis com o objetivo primeiro de catequizar os

povos indígenas, nos moldes do ordenamento e da moral cristã católica. Era uma educação diretamente vinculada às ideias religiosas e a história ali ensinada era basicamente a história bíblica ou hagiográfica. Esse período de educação eclesiástica durou mais ou menos duzentos anos e só começa a se desmantelar com as chamadas reformas pombalinas, que entre as medidas tomadas foi à expulsão dos Jesuítas, tanto da colônia como da metrópole.

Seguindo o pensamento iluminista e a tentativa de implantar em Portugal e, conseqüentemente na principal e mais rica colônia, o Brasil, o sistema capitalista e o que seria para a época, a modernidade com os princípios liberais, o Marquês de Pombal põe a culpa nos jesuítas pelo atraso do sistema educacional português, para ele incongruente com as transformações sociais e políticas que se faziam necessárias naquele momento. Em 1759, Pombal expulsa os jesuítas e inicia o empreendimento para implantar um sistema educacional sistematizado que servisse de apoio á modernização do Estado, pelo menos formalmente. Porém, esse empreendimento só irá se concretizar dezessete anos depois, em 1776, com o surgimento de algumas escolas públicas para os pobres, na metrópole e na colônia e também são criadas as escolas para os nobres com outras perspectivas bem diferentes daquelas que foram criadas para o sistema público (MACIEL & NETO, 2006).

Ainda não há, naquele sistema, os princípios de universalidade e de igualdade postas em prática, dadas as diferenças pedagógicas de ordem programáticas entre o sistema público e o privado. O que nos faz constatar que desde a colônia até hoje não se consegue continuar um programa educacional como política pública de um governo para o outro. “Portanto, a crítica que se pode formular nesse sentido, e que vale para nossos dias, refere-se à destruição de uma proposta educacional em favor de outra, sem que esta tivesse condições de realizar a sua consolidação” (MACIEL & NETO, 2006). Nesse período ainda não há a incorporação da disciplina de história como parte do currículo, e sim da filosofia. Porém, percebemos que a história, senão ligada a sistematização do currículo, mas continua com o ideário cristão seguindo o ordenamento católico.

Com o Império e mais tarde a República, e com o advento da escola metódica e do positivismo, onde o bem e o mal travam suas batalhas apocalípticas, pelo menos metaforicamente, e a história serve para exaltar os heróis surgidos desse embate, pois, a priori, promovem o engajamento em busca da manutenção da unidade nacional - vimos surgir o ensino de história dentro do currículo escolar. A fundação do IHGB e a tentativa de

se fundar uma nação visto que o Estado já existia, segundo Pinsky (2014, p. 13) permitiram que em meados do século XIX houvesse a regulamentação do ensino de história como disciplina escolar e, a partir daí, surgissem os primeiros manuais e compêndios que tratavam (e tinham a missão) de formular uma história oficial para o país que buscava a unidade e o estabelecimento de uma forte nação.

O mito da união nacional, do sentimento de brasilidade, destilado em doses históricas homeopáticas, não admite revisão na biografia dos heróis, nos momentos de solidariedade nacional, na história dos que fizeram o país do jeito que ele está: forte e unificado. (PINSKY, 2014, p. 17).

O positivismo, que deu o caráter científico à História, vai permanecer muito tempo norteando o fazer/ensinar histórico, pois lhe infere o papel ideológico de consolidar a unidade nacional e as possibilidades de exaltar o Estado, os heróis nacionais e os fatos que plantam no seio da sociedade a ideia de unidade e patriotismo. Esse fazer história sempre serviu ao Estado, e as elites econômicas, política e intelectual do nosso país, além de inserir no pensamento popular, através dos livros e dos programas curriculares – valores e estereótipos que parecem querer negar à natureza heterogênea de nossa sociedade, dos conflitos existentes, dos preconceitos latentes, das diversas regionalidades e culturas.

No século XX, a partir dos anos 40, as classes populares começam a ter acesso à escola de maneira mais sistematizada. O aumento significativo no número de escolas e de cursos e a necessidade de alfabetizar uma nação que passava por momentos de transformações sociais. Com o processo acelerado de industrialização (ainda que tardio) e de urbanização, onde vários sujeitos sociais reivindicam inserção social frente aos avanços democráticos do período e as necessidades de ações políticas pertinentes às novas demandas no sistema de ensino, novas concepções históricas surgem como base para História.

Vejamos, por exemplo, o marxismo que sob a escrita de renomados escritores que explicam a natureza da sociedade brasileira, com Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, entre outros autores foram responsáveis por propagar uma história engajada, segundo Pinsky, e eu chamaria militante, de partido de esquerda seguindo a tradição soviética, pelo menos até 1964 e durante os primeiros anos do golpe. Corrente historiográfica tida como de viés revolucionária pelos seus adeptos, pelas suas concepções a cerca do sistema capitalista e do surgimento de uma classe social, o proletariado, que seria a classe antagônica a esse sistema, o qual seria substituído pelo socialismo através da revolução e da tomada de poder dos capitalistas pelos proletários. O marxismo formulou a teoria de que o motor da história

era a luta de classes, a qual tinha ocorrido em todos os modos de produção: do modo escravista, na antiguidade clássica, no feudalismo e no capitalismo, além do modo de produção asiático (o conceito de modo de produção também é atribuído a Karl Marx). Esse pensamento também esteve presente nos nossos livros, muitas vezes de forma vulgarizada como bem percebeu Pinsky:

Com a banalização via exaltação do herói individual, os livros vulgarizam a análise marxista transformando-a numa visão economicista de um historicismo primário. (PINSKY p. 22, 2006)

Nos anos setenta e sob a segunda geração da *École de Annales* há uma renovação na produção historiográfica brasileira. Novas fontes de pesquisa, que propunham interrogar e interpretar os documentos escritos e de confrontá-los com outras fontes, como os vestígios arqueológicos – e os pictográficos, iconográficos, fotográficos, cinematográficos, numéricos, orais, enfim, de todo tipo - possibilitou a escrita e o fazer histórico, claramente conflitante com a visão política e cientificista do positivismo, mas nem tanto com o marxismo.

Também foram incorporados os domínios dos fatores econômicos, da organização social e da psicologia das mentalidades, além de outros temas que colocaram o homem como ser histórico, portanto, fazedor da história e não apenas um observador das grandes personalidades políticas, dos eventos históricos e dos grandes heróis do seu tempo ou de outrora. Porém, essa nova forma de se fazer história só se consolidará de fato com o fim do regime militar, com o processo de abertura política, quando os profissionais da área de História e Geografia se mobilizaram para o fim dos Estudos Sociais, disciplina na qual haviam se fundido a História e a Geografia, então “arma ideológica” na propaganda e exaltação do regime. Com isso, a história volta a ser uma disciplina autônoma.

Nesse contexto, todas as propostas do fazer/ensinar história e suas variadas correntes historiográficas foram os elementos que consolidaram a disciplina de História em nosso currículo escolar e que, de certa forma, com avanços e ou retrocesso permitiu-nos a formação acadêmica, com rigor teórico para a pesquisa, além de nos preparar para a nossa prática em sala de aula.

Atualmente, a História enquanto componente curricular, solidificado no nosso sistema educacional, vem buscando uma maior autonomia e um diálogo cada vez maior com

outras disciplinas para atender a complexidade da educação que também está em constante transformação, que procura responder aos questionamentos e as mudanças do nosso tempo.

Qual o objetivo da História na atualidade? Segundo as atuais diretrizes educacionais, a disciplina teria por objetivo preparar o aluno para conhecer e atuar nos processo de construção da cidadania e democracia no país, afinal a História estuda o passado, mas do ponto de vista do tempo presente. Portanto, a trilogia do produzir/fazer/ensinar História é um ato político do nosso tempo ou de qualquer tempo histórico, porque depende de “vontade ou razão de fazer história” (PINSKY p.11, 2006). Essa vontade ou razão deve está presente também, na formação e na prática do professor. E este, deve instigar no aluno a vontade e a razão de aprender História. Parece fácil, mas não é.

Primeiro, há um longo caminho a ser percorrido, pois passa pelas condições por qual passam os nossos profissionais: baixos salários, poucos recursos tecnológicos ou pedagógicos (ou quase inexistência), a falta de capacitação, maior interação entre os pares – ainda que de disciplinas diferentes - e outros fatores de ordem pontual no espaço de atuação, como sala de aulas cheias, indisciplina dos estudantes, a ausência dos pais e um sistema escolar que pouco se modifica e que não permite “uma proposta transgressora para a educação escolar” (HERNÁNDEZ p.11-13, 1998).

Em segundo lugar: há questões complexas que dizem respeito à trajetória das estruturas educacionais brasileiras (que, diga-se de passagem, está atrelada a estrutura societária, onde a elite detém todos os privilégios em detrimento da classe trabalhadora), que, embora tenham apresentado alguns avanços no decorrer das últimas duas décadas, ainda enfrentam graves problemas no que diz respeito à universalização e equidade de recursos financeiros, tecnológicos, de equipamentos e de vontade política para todos os espaços escolares. Parece que cada rede pública de ensino, quer seja municipal ou estadual, escolhe uma ou mais escolas para jogar todas as benesses para ela e, assim, torná-la o modelo a ser seguido pelas demais.

Isso nos permite analisar que os princípios básicos da educação, acima citados, segundo a LDB e a Constituição Federal, não são cumpridos pelo sistema como deveria. Ainda sobre esses dois princípios, podemos exemplificar também, as questões que envolvem o salário de professores, pelo menos na rede estadual de ensino. Para o Estado existem duas categorias de professores: o professor efetivo, que tem acesso a todos os serviços que o estado

dispõe, inclusive de formação e capacitação, além de um piso salarial mais alto em relação ao contratado, o qual trabalha as mesmas horas, porém recebe um salário praticamente 70% inferior e, na maioria das vezes, não podem fazer cursos de capacitação ou formação. Esses dispositivos também são contrários ao que se almeja no processo democrático, a igualdade.

Percebemos que algumas questões relacionadas diretamente com o campo do saber poderiam ser resolvidas, ou pelo menos minimizadas, com uma maior aproximação entre a escola e a universidade. Não que essa aproximação não exista. Para isso, os estágios são a prova concreta dessa correlação institucional.

Porém, a nosso ver, essa relação deveria ser mais objetiva, direta e diria até mais afetiva, pois só assim poderíamos expulsar de vez o velho jargão de que “a teoria que aprendemos na academia não se aplica à prática do cotidiano escolar”. É certo que há diferenças bem delimitadas entre uma e outra instituição. Por vezes, acreditamos de fato que o que aprendemos na academia não condiz com a realidade da escola e, principalmente, com a realidade dos alunos, visto que temos um currículo engessado, sem significância para as demandas de um mundo cada vez mais interligado e conectado, onde praticamente não existem fronteiras e a comunicação, as informações e o conhecimento são obtidos em tempo real. Nessa perspectiva,

O currículo precisa ser repensado para que se torne importante para o aluno, para que este se sinta protagonista, sujeito, personagem principal. A escola tem de se adaptar ao aluno e não o contrário. (MORAN p. 23, 2016).

Portanto, o que percebemos na prática é que esse dois saberes ainda estão muito distantes um do outro. E que precisam se aproximar. Precisam articular caminhos, talvez projetos de estágio que sejam mais práticos e mais significantes; ações que promovam maior interação entre a escola e a universidade. Enfim, práticas que realmente aproximem esses dois universos, que em si já nasceram próximos.

Por fim, se fala muito em inovação, das necessidades de mudanças na educação, da percepção de que a educação é uma ação contínua, dinâmica e em constante movimento, no tempo e no espaço, como também é a História.

A sociedade é educadora e aprendiz ao mesmo tempo. Todos os espaços e instituições educam - transmitem ideias valores, normas – e ao mesmo tempo, aprendem, porque – com as mudanças estruturais não existem modelos prontos e eles vão se adaptando ao novo, a cada situação que se apresenta.

A educação olha para trás, buscando e transmitindo referências sólidas no passado. Olha para hoje, ensinando os alunos a compreender a si mesmos e à sociedade em que vivem. Olha também para o amanhã, preparando os alunos para os desafios que virão. (Idem, 2016, p. 15).

Inovação não pode ser palavra ao vento. Inovar é uma atitude carregada de significado que deve chamar todos à responsabilidade no que diz respeito ao processo educacional. Para inovar é preciso que os vários recursos estejam à disposição de todos, do professor e para os estudantes. Não se inova sem recursos sejam eles de ordem tecnológica, financeira, social, teórica e, principalmente de maneira articulada com todos os saberes.

Inovar também significa mudanças na estrutura da escola, da administração ao pedagógico; da prática do professor as relações que ele constituiu no decorrer de sua prática; da ação pedagógica a ação política, porque ensinar é um ato político, que requer escolhas, e como tal deve ser feito positivamente, de uma maneira que o estudante seja protagonista. Mas é preciso que esse protagonismo não seja inculcado de maneira radical no pensamento estudantil, para que eles também sejam cientes de que o ambiente escolar é um espaço de trocas de saberes, de afetos, de conhecimentos, de convivência. É um espaço de práticas democráticas; de construção da cidadania, onde nenhum sujeito pode se sentir superior a outro.

A escola é também um território de conflitos, dadas à diversidade de ideias e valores ali presentes; dos problemas existentes; da violência que insiste em persistir assombrando famílias e escola; das relações de poder que são estabelecidas entre os diversos atores. Por isso, passa a ser inovador que a escola cultive relações de respeito entre os pares, aos diferentes pensamentos e, sobretudo que crie estratégias para mediar esses conflitos. A escola tem que ser, necessariamente, um espaço de respeito às diferenças.

Por outro lado, não podemos esquecer qual o papel do professor nessa configuração que se desenha em nosso entorno. Nessa nova ordem, que ainda se encontra em gestação, mas que já dá amostras de que profundas transformações estão por vir e se consolidar e que, portanto, requer mudanças estruturais no modo de fazer educação e nas respostas à sociedade. Que mesmo diante de tantas transformações ainda está pautada no atraso e nos entraves burocráticos, no Ministério e nas Secretarias de Educação, tanto estaduais como municipais. Segundo Muron,

Tudo esta acontecendo ao mesmo tempo: o atraso, a burocracia e a inovação. É importante ter uma visão realista, mas não desesperançada, niilista, destrutiva. Apostar mais na mudança, em novas possibilidades que se concretizem, do que no pessimismo desesperançador e corrosivo (MORAN, 2016 p.14).

Não se trata aqui de estereotipar os professores de “monocórdios, previsíveis, mosaicos, papagaios, professores receitas” (MORAN, 2016 p.19), e de tantos outros adjetivos, até pejorativos. Trata-se de dar possibilidade dele poder ser partícipe, também, da elaboração de um currículo, no seu espaço de atuação, pois, é ele que está na base, que conhece como ninguém esse espaço e os alunos com os quais interage. Parece ser cada vez mais urgente que o professor seja valorizado, motivado a renovar a sua prática, tanto no ensino de História como em qualquer outra disciplina.

Ao longo de minha experiência conheci muitos projetos educacionais vindos da Secretaria Estadual, do Ministério da Educação elaborados nos gabinetes por especialistas, mestres e doutos que, na maioria das vezes, saem dos cursos de graduação e ingressam diretamente nos mestrados e doutorados sem nunca ter passado pela experiência da sala de aula, no ensino básico e ter conhecimentos dos inúmeros problemas que todos sabem existir, nessa modalidade de ensino. Estes são os chamados educadores de gabinetes. São esses tipos de projetos, prontos, herméticos, extremamente burocráticos que nos faz crer no fato da prática não se aliar a teoria, pelo menos nessas horas.

Enfim, podemos concluir que conhecer a trajetória do Ensino de História no Brasil, os problemas existentes no nosso sistema educacional, o objetivo do ensino de História, as discussões a cerca dos currículos e seus objetivos podem promover mudanças significativas e o amadurecimento do professor para bem exercer a sua prática. Abre, ainda, ao historiador/professor a possibilidade de perceber que o ensino acadêmico favorece as suas escolhas, enquanto educador e amplia o diálogo entre os dois campos do conhecimento, a Universidade e a escola.

3- Caracterização da Instituição de Ensino

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Felipe Tiago Gomes, foi fundada no dia 31 de outubro de 2000, pelo decreto nº 21.452. A escola recebeu o nome de Felipe Tiago Gomes em homenagem ao conterrâneo e cofundador das Escolas da Comunidade, denominada de CNEC (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade). Faz parte da 4ª Gerência Regional de Educação, vinculada a Secretaria Estadual da Educação da Paraíba e integra o Sistema de Avaliação da Educação do Estado, o Avaliando IDEPB, que desde o ano de 2012 coleta e processa informações acerca do desempenho escolar dos alunos, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, por meio de instrumentos de avaliação aplicados nas turmas de 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio.

O Ensino Médio só começou a ser ofertada a partir de 2015 quando a Secretaria de Educação inicia o processo de instalação de escolas integrais no Estado da Paraíba. Como na sede do município existem duas escolas estaduais: a Escola Professor Lordão e a Felipe Tiago Gomes, a primeira passou a adotar o ensino integral e a segunda oferta às vagas de ensino regular.

A referida escola situa-se a Rua Aníbal da Cunha Macedo, nº 30, Bairro Monte Santo, o segundo bairro mais populoso da cidade de Picuí. Este bairro contempla uma diversidade cultural econômica e social correspondente a grupos de dança, capoeira, associação de bairro, escolas municipais e estadual, um posto médico onde funciona o PSF (Programa de Saúde na Família), Hemonúcleo, Hospital Regional, Farmácias, Rádio Cenicista, Ginásio de Esportes e o Centro Administrativo do município, e uma grande diversidade de pequenos comércios e serviços implantados na comunidade.

Atualmente atende aproximadamente 340 alunos, distribuídos entre o Ensino Fundamental (8º ao 9º ano), no turno matutino e Ensino Médio Regular (1ª ao 3ª série) nos turnos matutino, vespertino e noturno. A escola apresenta um corpo discente diversificado, formado por filhos de agricultores, mecânicos, diaristas, autônomos, professores, funcionários públicos, entre outras classes sociais. A faixa etária varia dos 11 aos 28 anos, atendendo crianças, adolescentes e jovens da zona urbana e rural do município de Picuí.

Com a intenção de melhorar os índices educacionais e de promover à interação e

articulação de todos os atores sociais da comunidade escolar, no sentido de tornar mais prazeroso o processo de ensino e aprendizagem de nossos estudantes, a Secretaria de Educação passou a exigir das escolas estaduais a elaboração do Projeto de Intervenção Pedagógica/PIP.

O Projeto de Intervenção Pedagógica- PIP da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Felipe Tiago Gomes traduz os princípios e as diretrizes de decisões pedagógicas aprovadas e assumidas pela Escola, e durante a sua elaboração, envolveu os diversos segmentos desta Unidade de Ensino - corpo docente, discente, técnico/administrativo e os pais - nas análises, reflexões e discussões sobre a legislação educacional vigente, em consonância com Projeto Político Pedagógico para atender as expectativas e necessidades de sua comunidade escolar. Neles – princípios e diretrizes – estão firmados pela instituição de ensino, as finalidades e os pressupostos teóricos que norteiam a definição da prática pedagógica e o compromisso de contribuir para a formação de cidadãos competentes e comprometidos com as transformações sociais do tempo presente.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Felipe Tiago Gomes - CNPJ nº 04.358.99/0001-20, funciona em prédio próprio e é mantida pelo Governo do Estado. Conta com cinco salas de aula, uma sala de recurso multifuncional, laboratório de informática, sala de leitura (com acervo insuficiente para atender o Ensino Médio), direção, secretaria e recreio coberto, além de bastante espaço para ampliação. Foi a primeira escola do município construída com equipamentos de acessibilidade para atender alunos com necessidades especiais. Outra ferramenta ofertada pelo Governo do Estado é o Sistema SABER.

O SABER é um sistema de gestão de informações, organizado por ferramentas gerenciais online, capaz de captar informações e gerar dados e indicadores da rede estadual de ensino para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões sobre o funcionamento das escolas, bem como desenvolver políticas educacionais a fim de otimizar a qualidade dos serviços prestados e da aplicação dos recursos públicos da educação. O SABER é administrado pela Secretaria de Estado da Educação e está segmentado em três módulos: estudantes, escolas e profissionais (Diretrizes Operacionais, 2017, p. 10).

A escola caracteriza-se por apresentar uma clientela diversificada, sendo parte oriunda da zona urbana e outra de comunidades rurais, caracterizadas pelo baixo nível

socioeconômico, fato este que contribui para o agravamento dos problemas de aprendizagem, revelado através das avaliações oficiais, a exemplo do Avaliando IDEPB.

A escola em seu cotidiano enfrenta muitas dificuldades, dentre elas a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática. O maior desafio, considerando o baixo desempenho nas disciplinas citadas das séries do ensino fundamental II, como também identificado no Ensino Médio é desenvolver a capacidade do estudante em ler, interpretar, produzir textos e resolver situações problemas na matemática aplicados ao dia a dia dos estudantes. Consideramos, portanto, que essa problemática justifica o baixo desenvolvimento em outras áreas do conhecimento, inclusive na disciplina de história.

São perceptíveis os problemas causados por falhas de comunicação e desrespeito entre os diversos segmentos da comunidade escolar, além de outros de ordem operacional como: informações distorcidas, prazos não cumpridos, acesso limitado à comunicação, uso de linguagem inadequada, entre outros.

Entendendo a família como parceira importante no processo educacional dos filhos, a Escola Felipe Tiago Gomes identifica essa participação como baixa ou distante do desejado. Dessa forma, reconhecemos que a frequência dos responsáveis nas reuniões entre pais e mestres interfere de forma positiva na progressão e no desempenho escolar dos estudantes.

Considerando estas e outras dificuldades enfrentadas, faz-se necessário uma reflexão sobre o papel de cada ator no processo educativo. Conhecendo os dados, analisando as dificuldades apresentadas no diagnóstico, discutindo situações, apresentando alternativas e se comprometendo em superar os desafios apresentados a partir do compromisso coletivo e pedagógico, em atingir as metas projetadas são objetivos de todos aqueles que fazem a escola. E é nesse ambiente que atuo e faço a minha prática.

4- O fazer/ensinar História

Neste espaço discorro sobre a minha prática e não do ponto de vista do estágio propriamente dito. Tenho mais de doze anos em sala de aula e seis anos de gestão. Ao longo desse tempo pude analisar todos os problemas, os avanços e os recuos que são concernentes ao nosso sistema educacional. Nesse período, não só lecionei a disciplina de História, mas também Geografia, Sociologia e até Artes. Como falei anteriormente o professor contratado é um tanto quanto diferenciado do professor efetivo, apesar de, ambos fazerem o mesmo trabalho. E eu sou contratada.

Mas vamos a prática! A turma foco do meu estudo é o 2º ano do ensino regular, do turno noturno, na Escola Estadual Felipe Tiago Gomes. Ela não apresenta tanta indisciplina como é comum em todas as outras turmas da escola. É uma turma mais adulta, mais centrada, pois conta hoje com apenas 18 alunos (a matrícula inicial era de 27 alunos). Também não há desrespeito entre os colegas, a não ser algumas rugas as quais eles mesmos superam. São atenciosos, não só comigo, mas com todos os outros professores. Mas é nesse espaço que analiso e comprovo um questionamento que fiz lá no início deste relatório: Como equilibrar a história como disciplina importante num universo onde a hierarquização das disciplinas ocorre no espaço escolar? É na escola que descobrimos que assim como há hierarquia na sociedade, há também nos saberes.

Geralmente os estudantes estão mais preocupados com as disciplinas de Português, Matemática e as Ciências da natureza. Com relação às disciplinas de humanas há certo descaso, diria até descrédito porque tradicionalmente essas disciplinas sempre foram tachadas como “decoreba”, “chatas que não sabem por que existem essas disciplinas”, “somente para complicar a vida” e tantos outros chavões. Por isso procurei diversificar um pouco a metodologia em minha prática nessa turma e de acordo com o que eles tinham disposição no dia.

No início de agosto foi comemorado na cidade, a Semana da Juventude Neto Borges em homenagem a esse garoto que foi assassinado. Foi uma semana bem diferente na qual houve muita integração entre as escolas. Palestras, festivais, jogos e saraus movimentaram toda a cidade. No dia do sarau poético, realizado em praça pública fomos prestigiar o evento, o qual eles gostaram muito. De volta à sala de aula pedi que eles fizessem um relato de tudo que tinham visto e do que eles haviam gostado. A resposta é que gostaram de tudo, mas não

estavam com vontade de escrever. Assim, só três alunas me entregaram a atividade. Essa falta de vontade de escrever e ler são constante entre eles, recorrente praticamente em todas as aulas.

Sempre utilizo o livro didático como orientador dos temas trabalhados, mas eles reclamam se não escrevo nada. Percebo que a dificuldade deles não é de fato escrever, pois, cópias e transcrições eles não se recusam a fazer. O problema está na hora que são chamados a produzir e representar o pensamento deles através da escrita.

Procuramos seguir o conteúdo programático que é exigido no início de ano pela escola, mas na maioria das vezes essa meta não é cumprida devido às dificuldades acima apresentadas.

Na última semana de agosto iniciei o tema sobre a Revolução Industrial. Para tratar desse tema utilizei slides (ricamente ilustrados e com muitas informações) e fui pontuando e explicando cada um dos tópicos comparando-os e analisando a importância desse processo para todo o desenvolvimento tecnológico que temos hoje; para o tipo de sociedade que se constituiu a partir daí; para os tipos de movimentos sociais que surgiram desse processo; quais as diferenças entre reforma e revolução. Foram aulas proveitosas porque eles foram instigados a pensar e até fizeram questionamentos. No entanto, na hora de passar para o papel as respostas das atividades solicitadas, mais uma vez eles preferiram copiar o que estava no livro didático.

Em seguida trabalhei o tema referente a nacionalismo utilizando conceitos norteadores para esse fim sendo que no começo de cada nova aula, partia da rememoração da aula anterior guiada pelos conceitos chaves (povos, nação, nacionalismo, território), sempre estabelecendo uma relação entre eles. Para isso, utilizei o livro didático, slides e atividades extraclases e em sala de aula. Mais uma vez houve interesse em “assistir” a aula. Mais uma vez eles preferiram responder as atividades copiando pelo livro didático.

Depois, outros temas foram estudados e as reações foram as mais variadas possíveis, porém, significativas para a minha prática e a inserção de metodologias diferenciadas no dia a dia da escola.

Considerações finais

Ao final pude constatar que, por mais experiência que o professor tenha, cada turma, cada novo ano, apresenta uma nova realidade, e os desafios são outros. Que é preciso e urgente que a educação seja, antes de tudo transgressora, que quebre correntes, desconstrua muros, imponha sociabilidades e afetividades, perfaça caminhos, que busque o novo. Mas, sob a ótica da História. Não a História “ciência dos mortos”. Sim, a História dinâmica, onde os sujeitos, professores e estudantes, e as instituições, escola e universidade vivam interativamente o prazer de fazer/ensinar História.

Percebe-se então que, assim como é preciso instigar no professor a inovação de sua prática, da sua “vontade e razão” de fazer/ensinar história é preciso também fazê-lo com o nosso aluno. De tal maneira, que ele sinta na correlação do ensino aprendizagem, a “vontade e a razão” de se sentir sujeito protagonista da História e de sua atuação como cidadão participante da sociedade em que vive. Que ele (o estudante) sinta a necessidade de ter conhecimento do mundo ao seu redor e que possa intervir positivamente, quando necessidade houver de mudar os rumos de sua história, das suas escolhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. História & ensino de História – 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

Governo da Paraíba. Secretaria de Estado da Educação, Diretrizes Operacionais, 2017.

HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Trad. Jussara Haubert Rodrigues – Porto Alegre: ArtMed, 1998.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov: A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino.

MORAN, José Emanuel. A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá – 5. Ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012.

PINSKY, Jaime. O ensino de História e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 2014.

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000300003

paraiba.pb.gov.br/downloads/Diretrizes_Operacionais_2017.pdf